

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG06 - Desenvolvimento e democracia na América Latina: experiências, mitos e alternativas paradigmáticas

Bancos Multilaterais De Desenvolvimento (BMDs) como atores de política social: o caso do Banco Mundial na América Latina e Caribe (2008-2014)

Autora: Mariana Willmersdorf Steffen

Introdução

A proposta deste artigo é analisar a atuação de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) como *policymakers* em política social. Ele apresenta a síntese dos resultados preliminares da pesquisa realizada para elaboração de dissertação de Mestrado em Políticas Públicas.

Internacionalmente, a necessidade de estudar estes novos atores que ascenderam no campo das políticas sociais nas últimas décadas vem sendo abordada de forma robusta. As Organizações Internacionais são consideradas atores relevantes em políticas públicas já há algum tempo (NYE; KEOHANE, 1977), ganhando amplo destaque nas décadas de 80 e 90, quando associadas a políticas de cunho neoliberal. Mais recentemente, uma discutida mudança do paradigma subjacente à sua atuação vem as recolocando no centro do debate (SANTOS JUNIOR, 2010, BELAND; ORENSTEIN, 2013).

Em relação às políticas sociais especificamente, Yeates (2012, p. 310) mapeou as principais formas como as OIs podem participar de forma ativa nos processos políticos e de política social (*politics* e *policies*¹, respectivamente) definindo (ou tentando influenciar a definição de): (i) os termos de comércio, ajuda e políticas de desenvolvimento internacionais; (ii) a alocação e utilização de fundos de desenvolvimento, de assistência e sociais; e (iii) normas e padrões sociais. Sobretudo, a autora observa ainda que OIs podem se envolver diretamente na implementação de políticas e programas sociais, definindo a distribuição e redistribuição de recursos internacionalmente e moldando o debate sobre política social nas esferas nacionais e locais de governança (YEATES, 2012, p. 310). É sobre esta última perspectiva que embasamos nosso trabalho, cujo principal expoente são os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs).

Os BMDs se inserem como *players* importantes na arena de política social em meio a outras OIs – como bancos regionais de desenvolvimento, agências do sistema ONU e blocos de integração regionais –, na medida em que oferecem assistência financeira e técnica voltadas à promoção de desenvolvimento econômico e social de países em desenvolvimento² (FAURE; PRIZZON; ROGERSON, 2015, WORLD BANK, 2016a).

¹O termo política, em português, não dá conta dos diferentes sentidos da palavra. Assim, ao nos referirmos às políticas públicas propriamente ditas, reforçaremos o termo *policy* sempre que necessário, da mesma forma com *politics* quando a intenção for referir-se ao jogo político (SECCHI, 2010).

²Em 2013, o Banco Mundial alterou a forma como classifica os países. Com base na estimativa do Produto Nacional Bruto per capita do ano anterior, os países são distribuídos nos grupos *low income*, *lower middle income*, *upper middle income* e *high income economies*. Os países ou economias em desenvolvimento

Ao estabelecer condicionalidades para que os países interessados tenham acesso aos empréstimos e financiamentos oferecidos, esses bancos influenciam os contornos dos projetos e programas implementados e, conseqüentemente, da política social doméstica destes países (DEACON, 2007). A questão que orienta a execução da pesquisa que resultou neste trabalho procura, portanto, contribuir para preencher a lacuna de estudos sobre BMDs em países em desenvolvimento, agenda de pesquisa que passou para o segundo plano após a perda de fôlego do ideário neoliberal.

A concessão de recursos financeiros mediante condicionalidades é, portanto, o principal instrumento de atuação dos BMDs. A partir da perspectiva de uma política social global (DEACON; STUBBS; HULSE, 1997, DEACON 2007), o presente artigo objetiva identificar os fatores que influenciam o padrão de distribuição destes financiamentos, por meio de um estudo de caso da atuação do Banco Mundial na América Latina e Caribe, entre 2008 e 2014. Para tanto, percorremos três objetivos auxiliares: i) analisar a estratégia de atuação do Banco Mundial para a América Latina e Caribe; ii) mapear e analisar os projetos implementados pelo Banco Mundial na América Latina e Caribe entre 2008 e 2014, identificando, especificamente, os recursos financeiros, temas e ano de realização de cada um; e, finalmente, iii) verificar se existe relação entre a distribuição dos recursos financeiros do Banco e o nível de desenvolvimento dos países.

Nossa hipótese principal é de que existe relação entre o nível de desenvolvimento dos países e a alocação dos recursos financeiros de política social do Banco Mundial, uma vez que a promoção do desenvolvimento não apenas é *raison d'être* do Banco, como vem sendo traduzida em políticas sociais que visam ao desenvolvimento de capacidades individuais numa inflexão pós paradigma neoliberal, como apresenta a literatura (DEACON, 2007, SANTOS JUNIOR, 2010, HALL; MIDGLEY, 2004). Para testá-la, utilizamos dados quantitativos analisados por meio do *software* SPSS versão 21.0, a partir de base de dados confeccionada com dados obtidos junto ao Banco Mundial e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2008, 2010, 2011, 2013, 2014).

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, contextualizamos na literatura os papéis e as ações desempenhadas pelos BMDs em políticas sociais; após, são apresentados os resultados da análise do estudo de caso, dando conta da consecução dos

(termos intercambiáveis, segundo o próprio Banco) correspondem aos dois primeiros grupos, isto é, a países cujo PNB per capita seja inferior a US\$ 4.085 (em 2013) (WORLD BANK, 2013).

objetivos auxiliares e, sobretudo, respondendo à pergunta que orienta a presente pesquisa. Por fim, expomos considerações finais e possibilidades para futuras agendas de pesquisa.

Política social global e o lugar dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

Os estudos em política social vêm, nas últimas décadas, sofrendo transformações a fim de dar conta do surgimento de fenômenos políticos e socioeconômicos que impactaram o campo de diferentes maneiras. Nesse sentido, a teoria que defende a existência de uma política social global (*global social policy*) identifica e analisa os efeitos que a globalização trouxe para o campo – sendo um dos principais a inserção de novos *players* na elaboração de políticas sociais, com destaque para o papel das Organizações Internacionais (OIs) (DEACON, 2007).

Concebida por Deacon (1997, 2007), a abordagem que explica a política social sob perspectiva global parte do pressuposto de que a política social de um país não pode mais ser entendida ou construída sem referência ao contexto global em que o país se encontra (DEACON, 2007, p. 3). Tanto a política social entendida enquanto um campo de estudos quanto como uma atividade de governo sofreu a influência da globalização da vida econômica, social e política, na medida em que os processos globais influenciam o conteúdo das políticas dos países e também conformam uma política social supranacional, em termos regionais e globais. Neste sentido, Deacon (2007) observa que a política social global seria, portanto, composta por dois elementos: primeiro, as prescrições para políticas sociais nacionais sendo articuladas por atores globais, como as organizações internacionais e os blocos regionais; e, segundo, as políticas sociais e mecanismos de redistribuição, regulação e direitos sociais supranacionais que emergiram recentemente (DEACON, 2007, p.1). O autor argumenta que, desde 1980, testemunha-se um processo de globalização de política social, e de socialização de problemas globais (DEACON, 2007 p. 3).

Seckinelgin (2009) reforça esta dimensão global da política social a partir da emergência de novos atores e de inquietações em relação à justiça social e à distribuição de renda (DEACON; STUBBS; HULSE, 1997, SECKINELGIN, 2009), acrescentando uma dimensão interessante e pouco explorada no tocante à atuação das OIs em política social: embora as pessoas sejam alvos das políticas sociais das OIs, elas não têm acesso ao processo por meio do qual essas políticas são formuladas (SECKINELGIN, 2009, p. 206). Isso ocorre em um contexto em que, embora os *frameworks* dessas políticas desenvolvidas

internacionalmente sejam por vezes parecidos – é possível verificar relação com a literatura que identifica paradigmas de atuação do Banco Mundial como os traçados por Santos Junior (2010) –, os contextos de implementação das políticas das OIs são diferentes (SECKINELGIN, 2009).

Um dos principais eixos da teoria reproduz a aproximação defendida por Midgley (2013) entre estudos em desenvolvimento e o campo das políticas sociais, na medida em que tópicos como nomenclaturas, conceituações, sustentabilidade financeira e foco/desenho de programas seriam beneficiados por interações entre as áreas. Para contextualizar a influência do papel dos BMDs nas políticas sociais de países em desenvolvimento, a abordagem parte de conceitos de uma adaptada teoria de regimes de *welfare*, como proposta por Gough e Woods (2004), analisando a interferência das políticas neoliberais promovidas pelo Banco Mundial e pelo FMI nas décadas de 1980 e 1990 na transição de uma tendência de regimes informais-conservadores para informais-liberais, com a implementação de políticas baseadas em provisão privada e redes de proteção social residuais para os pobres (DEACON, 2007).

A ideia de multilateralismo complexo (O'BRIEN et al, 2000) é também relevante para a perspectiva de política social global, ao reconhecer a relevância de atores como as Organizações Internacionais e os movimentos sociais transnacionais na elaboração de políticas sociais, ao mesmo tempo em que representa um ponto intermediário no *continuum* entre os realistas e cosmopolitas radicais nos debates de globalização (DEACON, 2007). De acordo com os autores, o termo objetiva capturar esta realidade em que a preocupação realista com as interações entre Estados “senta-se lado a lado com um novo conjunto de dinâmicas de poder transnacionais dentro do qual as organizações internacionais e os movimentos sociais são confrontados por ter um grau de autonomia na *policy* em um nível mundial” (DEACON, 2007, p. 16, tradução e grifos nossos). Neste sentido, o conteúdo da política social global seria resultado de disputas entre Estados e Organizações poderosas e, ainda, disciplinas teóricas, como a economia e a ciência política. As escolhas de política social nacional são assim reflexo das opções de política social globalizada e suas contestações.

Importa destacar que a influência das Organizações Internacionais deve ser vista em perspectiva e reconhecida como limitada, em certa medida, pelo poder dos próprios países em desenvolvimento, reconhecendo a soberania do Estado (HALL; MIDGLEY, 2004). Diniz (2011) reforça ainda a ideia de que as interferências das OIs nas *policies*

domésticas serão mediadas pelo Estado, o que no caso dos BMDs, especificamente do Banco Mundial, toma forma na medida em que são os Estados os responsáveis pela elaboração dos projetos para os quais solicitam recursos (WORLD BANK, 2010).

Os BMDs se inserem como *players* importantes na arena de política social em meio a outras OIs – como bancos regionais de desenvolvimento, agências do sistema ONU e blocos de integração regionl. Hall e Midgley sustentam que as OIs ocupam espaço ao lado não apenas dos Estados, mas também da sociedade civil e de setores empresariais (HALL; MIDGLEY, 2004). Para além dos empréstimos condicionados, principal forma de atuação destas organizações, sua influência foi observada em termos de formação da agenda da política social, ideários e diretrizes para formulação de políticas, orientação técnica para implementação e avaliação e, ainda, na difusão e transferência de políticas transnacionalmente (HUNTER; BROWN, 2000). Neste grupo, os principais expoentes são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja proeminência nasceu com as políticas de estabilização e de ajuste estrutural amplamente difundidas na América Latina e na Ásia durante as décadas de 1980 e 1990 (HALL; MIDGLEY, 2004, p. 20, DEACON, 2007).

O Banco Mundial: estudo de caso

Para analisar a atuação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em política social, desenvolvemos um estudo de caso do Banco Mundial na América Latina e Caribe entre 2008 e 2014. Para a pesquisa em questão, o estudo de caso se mostrou válido pois, conforme observou Gil (2010), permite conhecer ampla e detalhadamente o objeto em questão, especialmente em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas, como é o caso dos BMDs. Assim, mobilizamos diversas fontes de evidência no decorrer da pesquisa (YIN, 2015). O recorte geográfico e temporal do objeto se embasa na relevância dos recursos financeiros e técnicos empregados pelo Banco na América Latina e no Caribe no período, sobretudo na medida em que corresponde a um contexto pós políticas neoliberais, já marcado por uma nova ideia de combate à pobreza.

O termo Banco Mundial utilizado neste trabalho se refere ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e à Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), replicando a nomenclatura proposta pela própria instituição (BANCO MUNDIAL, 2015a). Por sua vez, o termo Grupo Banco Mundial refere-se à

totalidade das cinco instituições componentes do Banco, a saber, além das já referidas: a Sociedade Financeira Internacional (IFC), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID).

O Banco Mundial se apresenta como agência multilateral de desenvolvimento cujos objetivos centrais consistem em combater a pobreza e promover prosperidade compartilhada (WORLD BANK, 2015c). É uma agência independente do sistema ONU – isto é, embora relacionada ao sistema, não pertence a ele –, cujas reuniões diretivas anuais ocorrem conjuntamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), demonstrando a sincronia na definição de estratégias de ambas as instituições apesar de desempenharem diferentes funções.

Institucionalmente, o Banco defende a ideia de que os países em desenvolvimento devem assumir a liderança na criação de sua própria estratégia para reduzir a pobreza (WORLD BANK, 2010). Os projetos que recebem assistência financeira, embora por vezes tenham auxílio técnico do próprio Banco para elaboração de seu plano, são majoritariamente elaborados e completamente implementados por órgãos e agências nacionais ou subnacionais dos países-membros. Atuando por meio do BIRD e da AID, o Banco oferece, portanto, recursos financeiros, *staff* com experiência e sua extensa base de conhecimento para auxiliar países em desenvolvimento a gerar oportunidades e a otimizar o crescimento de forma sustentável (WORLD BANK, 2010).

Segundo Stubbs (2003), o Banco Mundial se destacou como ator em políticas sociais na medida em que exerceu papel central na propagação de políticas de ajuste macroeconômico e medidas neoliberalizantes, ainda nos anos 1980 e 1990 – para alguns autores, como Bierkart (1999), o ator mais importante (STUBBS, 2003, p. 328). A partir da publicação do relatório *World Development Report on Poverty* (WORLD BANK, 2001), considera-se que a política social do Banco passou a ser construída sob um novo paradigma, marcado por uma visão de pobreza ampliada e uma compreensão de desenvolvimento construída sobre as ideias de Amartya Sen (1999), traduzidas nos projetos que recebem recursos financeiros e que são implementados nos países em desenvolvimento. Em 2006, o Banco passou por uma reorganização institucional que refletiu essas novas orientações em política social (HALL, 2007).

A política social do Banco se materializa por meio da concessão de recursos aos países interessados, assumindo quatro formas: *Investment Project Financing*, *Development*

*Policy Financing, Program-for-Results e Trust funds and grants*³ (WORLD BANK, 2015a). O financiamento é estabelecido por projetos, apresentados por órgãos nacionais ou subnacionais dos países interessados, e os recursos concedidos são acompanhados de condicionalidades, metas e disponibilização de expertise para implementação destes projetos e programas propostos, bem como de prazo ampliado para quitar a dívida – 35 anos, em média (WORLD BANK, 2015a). Tais fatores são apresentados pelo próprio Banco como fundamentais na sua distinção frente aos bancos comerciais comuns.

Em estudo em que aplica a abordagem de política social global elaborada por Deacon (1997, 2007), Stubbs (2003), ao explicar a emergência de atores não-estatais de desenvolvimento, em especial as Organizações Não-Governamentais Internacionais e as Companhias de Consultoria Internacionais, contextualiza o cenário de ascensão das OIs na década de 1980 marcada pela emergência do Banco Mundial como ator de desenvolvimento importante neste período. Para alguns autores, como Bierkart (1999), o Banco é considerado o ator mais importante (STUBBS, 2003, p. 328).

O artigo elaborado por Hall (2007), *Social Policies in the World Bank*, traça com precisão o atual estado da política social no Banco Mundial. Para o autor, o Banco tem papel pioneiro em promover desenvolvimento internacional, mas não é geralmente considerado um líder evidente na proposição de políticas sociais dada sua ênfase tradicional em investimentos em infraestrutura e em crescimento macroeconômico. Ainda assim, a influência da instituição no desenho de políticas sociais nos países em desenvolvimento vem sendo abordada pela literatura, embora o termo política social tenha entrado no discurso do Banco apenas em meados dos anos 2000. A agenda relevante em políticas sociais do Banco Mundial, portanto, nasce em suas operações nas últimas três décadas, sob a forma de: investimentos em setores chave como saúde, educação e pensões; programas focalizados anti-pobreza, como redes de proteção; uso de ferramentas operacionais como avaliações sociais, análises de impacto social e estudos sobre estratégias para redução da pobreza; e, por fim, salvaguardas sociais desenhadas para mitigar as consequências potencialmente perigosas de projetos de infraestrutura (HALL, 2007, p. 152).

³ Para maiores informações a cerca dos instrumentos de financiamento disponibilizados pelo Banco Mundial, ver: <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services#2>.

Em 2006, o Banco passou por reforma, e suas políticas sociais passaram a se estruturar sobre três dimensões: (i) *social welfare*, correspondendo à vice-presidência de Desenvolvimento Humano (HD, acrônimos em inglês) com atuação nas áreas de Educação, Saúde, Nutrição e População; (ii) proteção social, correspondendo às vice-presidências de Desenvolvimento Humano (HD – Unidade de Proteção Social) e Políticas de Operações e Serviços por País (OPCS), com atuação nas áreas de redes de proteção, seguridade social, mercado de trabalho, grupos vulneráveis e gerenciamento de risco social, e salvaguardas ambientais e sociais, respectivamente; e (iii) desenvolvimento social, correspondendo às vice-presidências de Rede de Desenvolvimento Sustentável (SDN) e Redução da Pobreza e Gerenciamento Econômico (PREM), atuando nas áreas de participação e engajamento cívico, capital social, desenvolvimento baseado em comunidades, prevenção e resolução de conflitos, accountability social, juventude e análise social (SDN) e empoderamento, capital social e gênero (PREM) (HALL, 2007, p. 154). Esta pulverização da política social em diferentes áreas e formas de operacionalização reflete na agenda de política social do Banco, fragmentada e composta por diferentes linhas de pensamento.

Ao encontro desta linha, trabalhos como os de Béland e Orenstein (2013) e O'Brien et al (2000) baseiam-se na ideia de que Organizações Internacionais são tanto ferramenta para implementar política pública quanto arena para elaborar e discutir o conteúdo desta política, configurando um sistema aberto de acordo com a definição sistêmica de Bertalanffy (1968) (BELAND; ORENSTEIN, 2013, p. 126), para argumentar que as ideias importam no momento da análise destas organizações. Estas são formadas por pessoas que pensam por si, sofrem influência e também influenciam a formação das ideias que serão posteriormente traduzidas em ação. Assim, analisando o caso do Banco Mundial e a privatização das pensões entre 1994 e 2011, os autores argumentam que as OIs não seguem caminhos consistentes ou únicos para o estabelecimento de suas políticas, não existindo consistência ideológica por longos períodos de tempo.

Por outro lado, há diversos estudos de caso e sistematizações de ações do Banco Mundial que indicam a existência de paradigmas subjacentes à sua atuação, os quais definem os rumos gerais e características dos projetos financiados pelo Banco (DEACON, 2007, HALL; MIDGLEY, 2004, SANTOS JUNIOR, 2010). Esta é uma questão em disputa na literatura. Se, para o primeiro grupo de autores, estabelecer paradigmas, periodizações ou pressupor a existência de uma consistência ideológica de longo prazo para as ações do Banco Mundial é considerado problemático, a outra parcela da literatura identifica nas

prescrições de *policies* ideias e conceitos que predominam ao longo de ciclos. Hall e Midgley (2004), por exemplo, destacam a disputa entre as visões do Banco Mundial e do FMI, de um lado, e da UNICEF, em fins da década de 1980, como demonstrativa da existência de visões predominantes em diferentes organizações. Deacon (2007) e Santos Junior (2010) vão além, e caracterizam a atuação do Banco Mundial por décadas, identificando uma visão predominante em cada período.

Para estes autores, nos anos 1980, a eleição de governos conservadores no Reino Unido e Estados Unidos impactou o pensamento em política social dentro do Banco, circunscrito pelo fenômeno das crises da dívida em países em desenvolvimento – principalmente na América Latina, Caribe, África, Turquia, e Filipinas (DEACON, 2007). É sobre este panorama que emerge a ortodoxia do Consenso de Washington, ideário que passa a guiar a atuação do Banco e também do FMI. Assim, as políticas e programas incentivados pelo Banco alinham-se às medidas chamadas neoliberais, sob forma de ajustes estruturais intensos e empréstimos para apoiar reformas de políticas, em especial de ajustes macroeconômicos – fiscal, monetário e taxa de câmbio –, conjuntamente a outras medidas liberalizantes como privatizações, abertura da economia e reforma setor financeiro (DEACON, 2007).

As ações levadas a cabo nesta década criaram um ambiente de criticismo externo forte, oriundo inclusive de agências da ONU (HALL, MIDGLEY, 2004). Nos anos 1990, a percepção do impacto negativo dos ajustes leva a um novo período em que o Banco declara como objetivo principal a diminuição da pobreza, expresso a partir do *Report on Poverty* (WORLD BANK, 1990). A mudança é evidente ao analisarmos os dados demonstrados pelo Banco em 1993: de 5% entre 1984-86 em empréstimos para questões sociais, para 50% entre 1990-92 (DEACON, 2007). A definição da ajuda aos pobres como objetivo ocorre, entretanto, dentro dos limites das políticas de ajuste: tanto o Banco Mundial quanto o FMI encorajavam governos a população mais pobre e, simultaneamente, seguir firme contra as demandas dos sindicatos e das classes populares urbanas. As políticas sociais no período refletem então a abordagem de redes de proteção social para redução da pobreza, com ecos da política social residual/liberal norte-americana (DEACON, 2007). Outro elemento dessa abordagem eram os fundos sociais, estabelecidos por meio de financiamentos de doadores como um orçamento semi-autônomo para ser passado aos departamentos de seguridade social e assim abordar diretamente as necessidades dos pobres, com desenho visando o estímulo de iniciativas participativas de

desenvolvimento por meio do financiamento de ONGs locais, comunidades e firmas pequenas (DEACON, 2007). As críticas a este modelo se articulam em argumentos de que os recursos, de fato, não chegavam aos pobres, mas sim a ONGs proativas. Ademais, os recursos não eram incluídos no orçamento para as políticas anti-pobreza dos governos, tornando-se substitutos para os gastos do governo, separados das fontes de investimentos sustentáveis a longo prazo (SANTOS JUNIOR, 2010).

Os anos 2000 foram palco de uma inflexão paradigmática mais acentuada, sob a visão destes autores. O alargamento do conceito de pobreza, em conjunto à compreensão de desenvolvimento tal qual propôs Sen (1999), focada no desenvolvimento de capacidades e liberdades individuais, proporcionou um redirecionamento de recursos para a área de política social, que se consolida como área de atuação do Banco (SANTOS JUNIOR, 2010). O relatório *World Development Report* (WORLD BANK, 2001) explicita o direcionamento do combate à pobreza focado no aumento do capital social da população pobre por meio da ação do governo no desenvolvimento de instituições sobretudo nas áreas de educação e saúde (DEACON, 2007). Nesse sentido, a contribuição da sociedade civil para instituições democráticas é vista como importante para a erradicação da pobreza (DEACON, 2007). Esta alteração pode ser observada a partir das temáticas dos projetos financiados pelo Banco na América Latina, uma vez que o rótulo “Governança” aparece repetidas vezes (WORLD BANK, 2015b).

Estudos de caso como os elaborados por Hunter e Brown (2000), Figueiredo (2009), Trojan (2010) e Posar (2012), ao analisarem as diretrizes e os projetos financiados pelo Banco Mundial na área de educação, inserido no contexto de ajustes neoliberais, reforçam a ideia de periodização proposta. Recentemente, o apoio do Banco a programas de transferência de renda na América Latina e Caribe (BARRIENTOS; SANTIBAÑEZ, 2009) bem como estudos como o realizado por Hall (2007) sinalizam a consolidação do combate à pobreza no Banco, valendo-se de uma ideia de desenvolvimento de capacidades (SEN, 1999) distinta daquela utilizada nas décadas de 1980 e 1990.

Em termos de estrutura para atuação regional, o Banco Mundial se organiza em seis vice-presidências regionais, sendo elas: África (Subsaariana), Leste da Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central, Oriente Médio e Norte da África, Sul da Ásia e América Latina e Caribe. Além disso, existem diversos escritórios nacionais distribuídos pelas regiões, muitos apoiados por centros de informação pública que visam atender a população

interessada em obter informações sobre projetos do Banco – a instituição é conhecida internacionalmente pela sua vasta produção intelectual.

Nesse sentido, a principal literatura referente à atuação do Banco Mundial na América Latina e Caribe (ALC), de forma ampla e sistematizada, é a elaborada por ele próprio. As principais fontes utilizadas para a identificação da sua estratégia foram, portanto, documentos institucionais que traçavam os principais pilares que orientaram sua orientação. É importante salientar, portanto, a limitação da criticidade destas informações – a literatura independente que versa especificamente sobre o Banco Mundial na América Latina é ainda incipiente, na forma de estudos de caso sobre programas e projetos específicos, principalmente no que diz respeito a suas ações após a inflexão neoliberal.

Em guia voltado para orientar membros da sociedade civil, do governo e a mídia, o Banco Mundial apresenta sua estratégia para região a partir de quatro pilares: manutenção do crescimento e criação de bons empregos; geração de oportunidades para todos; reforço de instituições e aperfeiçoamento de governança; e apoio ao engajamento na solução de questões globais (WORLD BANK, 2010, p. 10). Embora projetos em política social não constem explicitamente nesta lista, eles são indiretamente contemplados na medida em que reconhecemos a ideia de desenvolvimento por capacidades subjacente à proposta de criação de oportunidades para todos, materializando a ideia de desenvolvimento relacionada à expansão das capacidades individuais, que é “influenciada por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, 2010, p. 18). Ao abordar em detalhes este pilar, o Banco explicita seu objetivo de ampliar o acesso à educação e saúde na região, citando campanha realizada nos Andes focando no esclarecimento de questões nutricionais para pais, e sua participação na implementação de um seguro saúde para domicílios (*households*) pobres na Argentina, Nicarágua e Panamá (WORLD BANK, 2010).

Na prática, estes princípios se traduzem em produtos e serviços disponibilizados pelo Banco no nível global, regional e nacional: para países de renda média (*middle-income*), o Banco disponibiliza um pacote integrado de serviços, incluindo desde análises e diálogos voltados para desenvolvimento de soluções inovadoras, quanto financiamento e assistência técnica na implementação de projetos. Já os países de renda baixa (*low-income*) tem acesso a financiamentos, coordenação de doações e apoio especializado para Estados frágeis (WORLD BANK, 2010, p. 10)

A ALC concentra 20% dos empréstimos oferecidos pelo Banco Mundial (considerando BIRD e AID), e mais de um terço do total de empréstimos do BIRD (WORLD BANK, 2010, p. 5). A partir de um diagnóstico de deterioração das condições econômicas regionais, o Banco definiu como estratégia para auxiliar os governos da região a duplicação do volume de recursos financeiros geralmente disponibilizados, chegando no valor aproximado de 14 bilhões de dólares em 2009 (WORLD BANK, 2010, p. 7). Uma parte substantiva deste orçamento estava prevista para expansão de programas de Transferência de Renda Condicionados, como o Bolsa Família no Brasil, o Oportunidades no México, e demais programas similares na Colômbia e na América Central.

Essas ações ecoam as novas experiências em política social que vem sendo implementadas na região. Para Barrientos e Santibañez (2009, p. 9 e 10), após as décadas finais do século XX, marcadas por um cenário de crise da dívida e de ajustes estruturais que levou à adoção de respostas emergenciais inadequadas ao aumento da pobreza, com a utilização de redes de proteção de emergência, fundos sociais e ONGs, as instituições setoriais fragmentadas, focalizadas e ineficientes então criadas foram substituídas por abordagens com foco na parte mais pobre da população, relacionadas a uma concepção multidimensional e intergeracional de pobreza, que passou a predominar no continente. Assim, nos anos 2000, surgem e se disseminam novas iniciativas em política social na região, sob forma de transferências de renda (condicionadas ou não), programas integrados anti-pobreza e tipos específicos de pensão. Estas abordagens apresentam em comum o foco na parte mais pobre da população, principal diferença frente às políticas anteriores. Nesse sentido, importa ressaltar que os autores observaram que, em termos de *framework* subjacente a estas novas formas, tal abordagem de pobreza parece sobrepor-se àquela proposta pelo Banco Mundial, qual seja, a de gerenciamento de risco social (BARRIENTOS; SANTIBANEZ, p. 12). Justamente, os programas Bolsa Família e Oportunidades são os principais representantes desta abordagem, em conjunto ao Chile Solidário e ao argentino *Jefes y Jefas*.

Nossa análise quantitativa parte da base de dados que o Banco Mundial disponibiliza, em seu website, contendo informações em alto grau de especificidade sobre os projetos para os quais dedica recursos financeiros e técnicos, organizados por regiões. Nesta base, a partir do nome do projeto, é possível identificar a linha de produto do Banco em que se insere, o país e a data da implementação, as agências responsáveis por adquirir o financiamento e pela implementação, o total de recursos financeiros emprestados e a

organização deste financiamento, o status, setor e tema do projeto, e, ainda, informações sobre suas metas, pessoas responsáveis, entre outros.

Na região analisada, América Latina e Caribe, identificamos o total de 570 projetos para os quais o Banco conferiu recursos financeiros e técnicos no período analisado, compreendendo os anos de 2008 a 2014. Para a definição do período, consideramos a data de aprovação dos projetos. O quadro abaixo oferece uma visão sintetizada destes projetos, a partir da classificação temática conferida pelo próprio Banco:

Tabela 1 – classificação, quantidade e valor dos empréstimos realizados

Classificação temática	Projetos Realizados	Custo total de empréstimos
Economic management	16	US\$ 4.290.950.000,00
Environment and natural resources management	115	US\$ 17.335.100.000,00
Financial and private sector development	29	US\$ 4.525.310.000,00
Human development	87	US\$ 41.166.680.000,00
Public sector governance	72	US\$ 11.828.920.000,00
Rule of law	5	US\$ 574.040.000,00
Rural development	62	US\$ 5.357.450.000,00
Social dev/gender/inclusion	41	US\$ 7.017.360.000,00
Social protection and risk management	82	US\$ 37.615.870.000,00
Trade and integration	20	US\$ 4.185.430.000,00
Urban development	33	US\$ 4.084.760.000,00
(vazio) ⁴	8	US\$ 2.005.440.000,00
Total	570	US\$ 137.981.870.000,00

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos do Banco Mundial (WORLD BANK, 2015b)

⁴A linha “vazio” corresponde aos projetos cujo tema não foi definido pelo Banco.

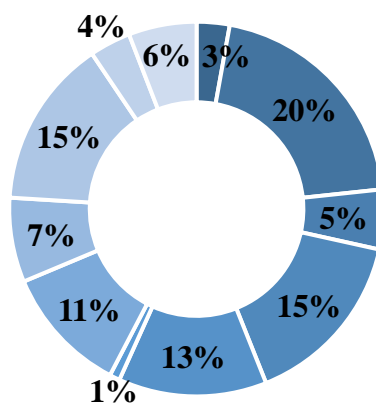
A partir do recorte de estudo proposto, adequamos a base de dados de forma a conter somente as informações relevantes para a presente pesquisa. Inicialmente, foi necessário determinar quais projetos se enquadrariam dentro do que entendemos como política social do Banco. Partindo da concepção original inglesa, que entende a política social como “a atividade de *policymaking* voltada para promover o bem-estar” (ALCOCK, 2013, p. 5), conjugamos os estudos de Hall (2007) sobre a política social do Banco a visões institucionais como as utilizadas pelo IPEA (CASTRO et al, 2012) e pela CEPAL (2000), entendemos política social em termos de proteção e promoção social, incluindo políticas setoriais⁵. Assim, dentre a totalidade de temas propostos pelo Banco, consideramos como iniciativas em política social os projetos classificados em: desenvolvimento humano (*human development*), desenvolvimento rural (*rural development*), desenvolvimento social, gênero e inclusão (*social development, gender and inclusion*), proteção social e gerenciamento de risco (*social protection and risk management*), e desenvolvimento urbano (*urban development*)⁶. A partir dos dados apresentados na figura acima, podemos observar que o Banco Mundial destinou aproximadamente US\$ 95 bilhões para projetos em política social na ALC no período, correspondendo a 68% do orçamento total previsto para a região.

Para além dos recursos financeiros, a distribuição temática dos projetos também reforça a relevância da política social na agenda do Banco. Embora a possibilidade ou não de definir paradigmas subjacentes à atuação do Banco em períodos determinados seja objeto de controvérsias na literatura (DEACON, 2007), a predominância de projetos em política social indica uma reorientação de foco que vai ao encontro de um marco pós-neoliberal. O gráfico a seguir apresenta o peso relativo dos projetos considerados como a política social do Banco:

⁵ Previdência; saúde; assistência social; habitação e urbanismo; saneamento básico; trabalho e renda; educação; desenvolvimento agrário; e cultura – e políticas transversais, relacionadas a grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade – crianças e adolescentes, juventude e idosos, e ainda que defende igualdade de gênero e igualdade racial (CASTRO et al, 2012).

⁶Na relação disponível para download em seu website, o Banco confere aos projetos uma classificação complexa, composta por setores e temas principais (*Major Sector* e *Major Theme*, em inglês, respectivamente), e complementada por rótulos secundários também de setores e temas (WORLD BANK, 2015b). Por questões metodológicas, optamos por nos deter às classificações principais para a elaboração do projeto. Para mais informações, ver WORLD BANK 2015b.

Figura 1 – Gráfico distribuição dos projetos Banco Mundial por tema na ALC (2008-2014)



- Economic management
- Financial and private sector development
- Public sector governance
- Rural development
- Social protection and risk management
- Urban development
- Environment and natural resources management
- Human development
- Rule of law
- Social dev/gender/inclusion
- Trade and integration

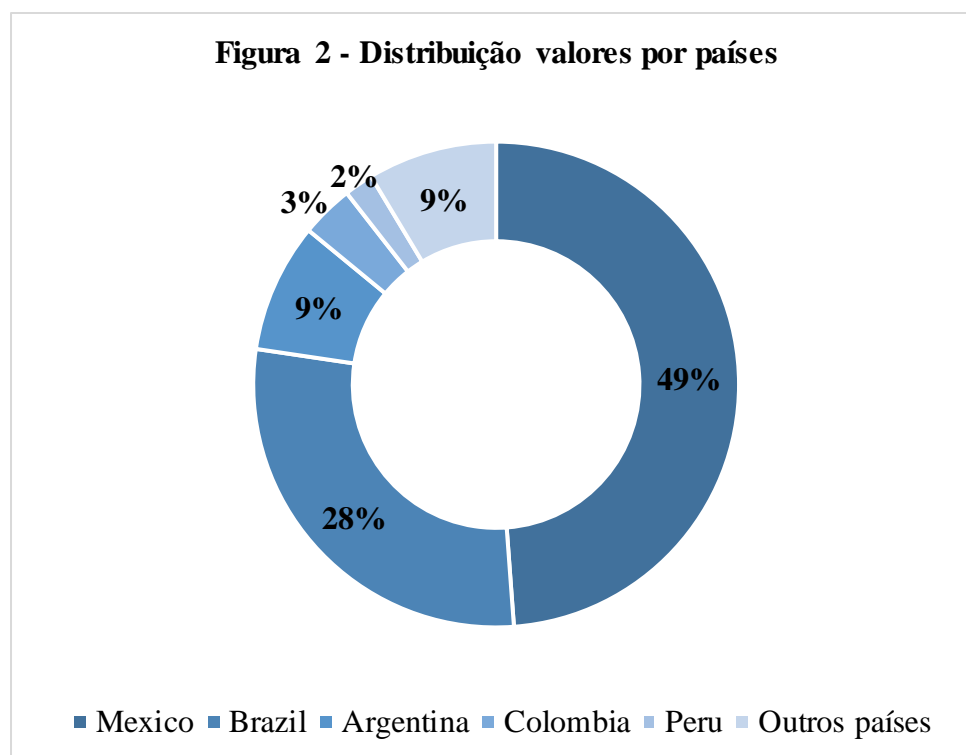
Fonte: elaboração da autora a partir de dados obtidos do Banco Mundial (WORLD BANK, 2015b)

O gráfico considera apenas os projetos cuja classificação temática foi conferida pelo Banco. Da totalidade de projetos implementados, 54% correspondem a projetos considerados como política social, corroborando a centralidade desta agenda verificada na literatura.

Ao acrescentarmos o filtro de política social aos projetos, chegamos a uma base composta por 298 projetos, considerando somente os que apresentam um país na coluna *Country*. Como pretendemos analisar a diferença da distribuição dos recursos entre os países, não incluímos na análise projetos realizados com grupos de países, como por exemplos com a Comunidade Andina, nem aqueles articulados para o continente como um

todo – isto é, cuja coluna *Country* estava preenchida com o nome da própria região. Foram excluídos, nesta adequação, sete projetos, que correspondiam aos rótulos “América Central”, “América Latina” e “Países da Organização dos Estados do Caribe Oriental”. Esses projetos diziam respeito a iniciativas compartilhadas simultaneamente por mais de um país destas regiões.

Uma primeira análise dos dados, utilizando estatísticas descritivas, demonstra a distribuição altamente concentrada dos recursos financeiros aplicados pelo Banco na região em cinco países: México, Brasil, Argentina, Colômbia e Peru. Dentre eles, destacam-se principalmente os casos de México e Brasil, os quais representam, respectivamente, 49% e 28% do total de recursos alocados, como pode ser observado no gráfico abaixo:

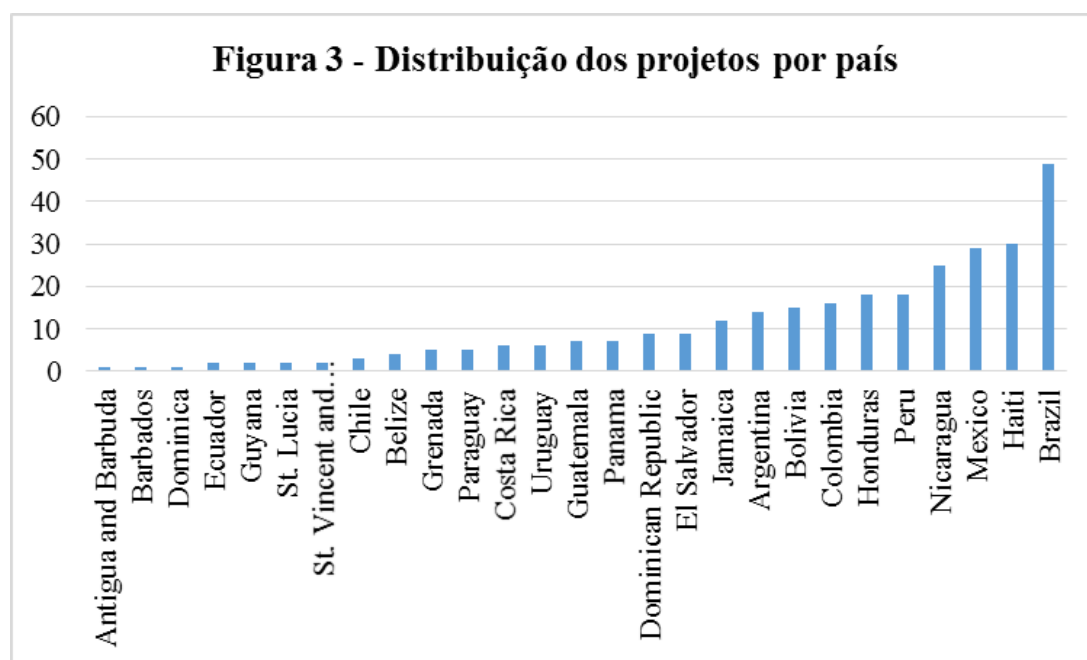


Fonte: elaboração da autora a partir de World Bank (2015b).

No caso do Brasil e do México, respectivamente, os programas Bolsa Família e Oportunidades representaram cerca de 60% dos recursos alocados em cada um dos países. A centralidade destes programas na estratégia de atuação do Banco consta em seus documentos institucionais (WORLD BANK, 2010) e é reforçada pelo volume de recursos financeiros efetivamente aplicados. Numa análise dos 298 projetos executados, ambos

despontam como exceção, representando conjuntamente mais de 40% do total do orçamento previsto para a região no período (WORLD BANK, 2015b).

Para além da representatividade dos recursos dedicados a estes projetos em específico, Brasil e México destacam-se também na quantidade de projetos implementados, sendo o primeiro e o terceiro país, respectivamente, em número de projetos realizados. O gráfico abaixo apresenta a distribuição do número de projetos por país:



Fonte: elaboração da autora a partir de World Bank (2015b).

O segundo país em número de projetos implementados é o Haiti, cujo caso merece análise detalhada. Considerado o país mais pobre do Ocidente, a história haitiana é marcada por instabilidade política, acentuada em 2004 com as acusações de fraudes eleitorais e o consequente levante militar que teve lugar no país (CIA, 2016). Já nessa ocasião, foram deslocadas forças humanitárias para a região, sob égide das Nações Unidas. A presença de Organizações Internacionais no país intensificou-se com o terremoto de grandes proporções que o atingiu em 2010, do qual o país ainda se recupera, e que criou a demanda por auxílio internacional em diferentes frentes – desde financiamentos a assistência técnica para reconstrução do país.

Ao analisarmos a distribuição dos recursos financeiros do Banco Mundial considerando as populações dos países, o Haiti passa a ocupar a segunda posição entre os países que receberam mais recursos financeiros – excluindo, aqui, os projetos que

correspondem ao Programa Bolsa Família e ao Oportunidades, que representam exceções no padrão da distribuição dos recursos entre os países. Esta relação é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 2 - Recursos financeiros per capita para Brasil, México e Haiti

País	Valor total projetos*	Média da população**	Total de recursos per capita
Brasil	\$ 27.112.630.000,00	200.423.797,00	\$ 59,44
Haiti	\$ 826.100.000,00	10.161.079,50	\$ 81,30
México	\$ 46.427.800.000,00	120.179.327,00	\$ 162,81

Fonte: elaboração da autora a partir de World Bank (2015b, 2016c).

Nota: * Desconsiderados aqui os gastos com os Programas Bolsa Família no Brasil (US\$15.200.000.000) e Oportunidades no México (US\$26.861.000.000,00). ** Média considerando dados para a população do período analisado, 2008-2014.

Considerando a distribuição dos recursos per capita, Brasil e México seguem figurando no topo dos países que recebem mais recursos, com a diferença de que, nesta ótica, o Haiti recebe mais recursos financeiros per capita do que o Brasil – US\$ 81 frente aos US\$ 50 brasileiros.

Para analisar os fatores que influenciam a distribuição dos recursos financeiros do Banco Mundial entre os diferentes países da América Latina, acrescentamos à base que apresentamos até então, constando as informações do Banco, variáveis que operacionalizaram os fatores que se destacaram na literatura – além do nível de desenvolvimento dos países, abordamos a orientação política dos governos nacionais e o desempenho econômico dos países.

Inicialmente, e correspondendo à hipótese que orientou a realização da pesquisa, acrescentamos a variável IDH para abordar o nível de desenvolvimento dos países. Tradicionalmente, o IDH é utilizado como proxy para desenvolvimento em pesquisas acadêmicas. Utilizamos o índice em faixas – variável categórica – como proposto pela PNUD (2008), classificando o desenvolvimento dos países como baixo (“1”), médio (“2”), alto (“3”) e muito alto (“4”). Para a região analisada, não há casos de países considerados como de desenvolvimento baixo.

Como destacamos acima, os recursos financeiros investidos pelo Banco Mundial no período analisado estão relacionados às novas experiências em política social que vem sendo desenvolvidas no subcontinente, sobretudo em relação aos programas de transferência de renda (BARRIENTOS; SANTIBAÑEZ, 2009). Para Levitsky e Roberts

(2011), o surgimento destas novas formas de proteção social está relacionado à ascensão de partidos de esquerda⁷ aos governos nacionais da região, visão que é reforçada por estudo do IPEA (2010) que demonstra o destaque conferido à agenda de política social no Brasil a partir do início do governo Lula, em 2002. Dessa forma, procuramos verificar também se essa relação, sugerida na literatura, entre a orientação política dos governos nacionais e os recursos financeiros disponibilizados pelo Banco, pode ser comprovada a partir de uma análise dos dados.

Para acrescentar a variável orientação política dos governos executivos federais, utilizamos os resultados de pesquisa elaborada por Beck et al (2012) sob égide do Banco Mundial. A *Database of Political Institutions* (BECK et al, 2012) demandou expansão e adaptação a fim de dar conta do total do período analisado e de países cuja classificação era ausente. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica e consultas às páginas web dos governos, replicando a classificação seguindo as orientações estabelecidas originalmente⁸. A partir dos dados de cada país, criamos variáveis *dummy* correspondendo às três possibilidades de orientação de política proporcionadas pela base – direita, esquerda e centro -, uma vez que de modo a facilitar a análise da correlação. Assim, os países foram classificados como “1” quando o governo nacional possuía a orientação política correspondente àquela variável, e como “0” quando não possuíam. Ao atribuir “1” a um país em uma das variáveis, as duas outras variáveis deveriam apresentar a classificação “0”.

Por fim, acrescentamos a variável PIB per capita como indicador da atividade econômica dos países. A partir da ideia de combate à pobreza que orienta o Banco (WORLD BANK, 2001, HALL, 2007), acrescentamos essa variável a fim de verificar se há relação entre a quantidade de recursos financeiros alocados no país e seu nível de riqueza.

O quadro abaixo apresenta um resumo das variáveis que compõe a versão final da base de dados utilizadas:

⁷Os autores consideram como partidos de esquerda aqueles que tem a redistribuição de renda como ponto relevante de seus programas de governo (LEVISTKY; ROBERTS, 2011).

⁸Os detalhes da replicação não estão aqui apresentados dada a limitação de laudas prevista. A íntegra da pesquisa realizada estará disponível como dissertação de mestrado da pesquisadora, com previsão de defesa para MAIO/2017.

Quadro 1 – Variáveis que compõe a base de dados

Variável	Descrição	Fonte
Nome do projeto	Nome do projeto receptor dos recursos financeiros do BM	
País	País em que foi/é realizado o projeto	
Ano	Ano em que foram concedidos os recursos financeiros	Base de dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2015b)
<i>Lending project cost*</i>	Total de recursos financeiros concedidos	
<i>MjTheme1*</i>	Tema que o Banco Mundial confere ao projeto	
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		Relatórios de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2008 a 2014)
PIB per capita	Operacionalização do referencial teórico adotado	World Bank (2016b)
Orientação política dos governos nacionais		Database of Political Institutions (BECK et al, 2012)

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados nas fontes supracitadas.

A análise da correlação entre as variáveis ocorreu via software SPSS versão 21.0. Realizamos análise de correlação de Pearson, a fim de verificar quais dos fatores tem relação com o custo total dos projetos. Testamos, portanto, a existência de correlação entre a variável *Lending project cost* e as variáveis IDH, PIB per capita e orientação política dos governos nacionais (esquerda, direita, centro). Para tanto, realizamos o teste de correlação bivariada utilizando o coeficiente de correlação de Pearson, considerando significativas as correlações cujo nível de significância correspondesse a 5% (0,05). A tabela abaixo sintetiza os testes realizados.

Tabela 3 – Resultado das correlações

	Custo do Projeto	PIB per capita	IDH	Esquerda	Direita	Centro
Correlação de Pearson	1	,138*	,129*	-,035	,106	-,034
Sig. (2 extremidades)		,017	,025	,545	,067	,564
Soma dos quadrados e produtos cruzados	1,07E+21	3,05E+14	4,52E+10	-9,85E+09	2,48E+10	-6,08E+09
Covariância	3,59E+18	1,03E+12	1,52E+08	-3,32E+07	8,36E+07	-2,05E+07
N	298	298	298	298	298	298

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Os testes demonstraram que há correlação entre as variáveis Custo do Projeto e PIB per capita, bem como entre as variáveis Custo do Projeto e IDH. As demais variáveis, relacionadas à orientação política dos partidos políticos que lideram o governo executivo nacional de cada país, demonstraram não ter correlação significativa com a variável custo do projeto, indicando que não influenciam a alocação dos recursos financeiros do Banco Mundial.

Nesse sentido, a existência de correlação significativa entre o nível de desenvolvimento do país e o custo do projeto permite concluirmos em favor da hipótese apresentada, de que há relação entre o nível de desenvolvimento dos países e a alocação dos recursos financeiros em política social do Banco Mundial. O valor do coeficiente de Pearson obtido (0,129), entretanto, indica dois pontos importantes para a pesquisa. Inicialmente, seu valor próximo a 0,1 representa que, embora o coeficiente de significância esteja dentro dos parâmetros necessários, o tamanho do efeito será pequeno (FIELD, 2009). Ademais, seu valor positivo indica que a relação varia de forma positiva, isto é, quanto maior o nível de desenvolvimento de um país, maior o volume de recursos financeiros do Banco Mundial nele alocados.

À primeira vista, esta observação parece ir contra os apontamentos da literatura. Enquanto o próprio Banco Mundial posiciona-se sob o *slogan* de combate à pobreza, a literatura sinaliza na mesma direção ao relacionar a ideia de combate à pobreza com a promoção de um desenvolvimento voltado para as capacidades individuais. Sendo assim, esperava-se que países com menor nível de desenvolvimento fossem responsáveis por receber um maior volume dos recursos financeiros do Banco Mundial. A correlação de Pearson para o PIB per capita (0,138) reproduz esta mesma tendência, em relação ao nível

da atividade econômica do país – esperava-se que nos países com menor nível de atividade econômica, da mesma forma, fossem alocados a maior partes dos recursos financeiros.

Uma possibilidade de explicação para esse fenômeno está relacionada aos pré-requisitos necessários para a obtenção dos recursos financeiros. Como abordamos anteriormente, a literatura chama atenção para a manutenção das soberanias dos países mesmo na perspectiva de política social global (HALL; MIDGLEY, 2004, DINIZ, 2011), ao mesmo tempo que o próprio Banco Mundial defende que os países assumam a liderança na definição da estratégia que utilizarão no combate à pobreza (WORLD BANK, 2010). Ao considerarmos que a elaboração dos projetos submetidos à avaliação do Banco é resultado de esforços de cada país, especificamente da burocracia envolvida com o tema e/ou setor em questão, a capacidade destes Estados e de suas respectivas burocracias de desenvolver e implementar projetos aparece como direção para pesquisas futuras, com objetivo de analisar especificamente esta variação.

Por fim, cabe ressaltar que os testes estatísticos aqui realizados não se pretendem exaustivos e possuem caráter preliminar, não correspondendo à totalidade das possibilidades proporcionadas pela base de dados dada a presente pesquisa.

Considerações finais

Este trabalho apresentou os resultados da pesquisa que realizamos objetivando analisar a atuação de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento como atores em políticas sociais. Uma vez que o principal lócus de atuação desses organismos são os países em desenvolvimento, a escolha do estudo de caso da atuação do Banco Mundial na América Latina e Caribe, durante os anos entre 2008 e 2014, representa apropriadamente o tema em questão.

A partir de revisão bibliográfica, situamos o tema e o objeto na literatura, traçando o perfil da atuação dos BMDs e pontuando tópicos relevantes a esta. Seja entendido como um sistema aberto, cujas ideias estão constantemente em disputa (BÉLAND; ORENSTEIN, 2013), ou como um instrumento de propagação de *policies* que obedece um certo ideário pré-formado, e que se altera com o passar do tempo, o Banco Mundial ocupa lugar importante sob perspectiva de uma política social global. Sua influência tangencia também os *policymakers* nacionalmente, na medida em que os projetos e programas que são submetidos à avaliação do Banco em busca de recursos financeiros e técnicos devem, a rigor, estar de acordo com as condicionalidades estabelecidas.

Os casos do Haiti, bem como dos programas de transferência de renda no Brasil (Programa Bolsa Família) e no México (Oportunidades), apresentam-se como fora do padrão habitual do Banco. No primeiro, um conjunto de fatores políticos e naturais – o Haiti foi palco de um golpe de Estado e de um terremoto, em 2004 e 2010, respectivamente (CIA, 2016) –, contribuíram para o agravamento da situação econômica e social do país, criando uma situação de alta demanda por ajuda humanitária de diferentes Organizações Internacionais e países. Os programas de transferência de renda, por sua vez, figuram no centro da estratégia traçada pelo Banco para os países da região (WORLD BANK, 2010) e refletem o entendimento de combate à pobreza em confluência com as inovações em política social na região, extrapolando a estratégia definida por país. Ainda, a criação de iniciativas como *World Without Poverty*, uma parceria do governo brasileiro com o Banco Mundial voltada para a transferência internacional da expertise brasileira em políticas de combate à pobreza (WWP, 2016), reforçam o papel de apoio do Banco à execução destes programas e indicam sua relevância dentro da sua estratégia de combate à pobreza.

Os testes estatísticos realizados indicaram relação entre a alocação dos recursos financeiros do Banco Mundial e nível de desenvolvimento dos países, como sugerido em nossa hipótese inicial. Esta relação, entretanto, apresentou uma variação positiva, sugerindo que quanto maior o nível de desenvolvimento do país, maior o volume de recursos financeiros nele alocados. A partir destes achados, desponta como possibilidade de aprofundamento desta pesquisa e/ou desdobramento para pesquisas futuras o estudo da capacidade estatal dos países em questão, na medida em que a burocracia exerce papel importante na elaboração e implementação dos projetos receptores de recursos do Banco.

Referências

BARRIENTOS, A.; SANTIBANEZ, A. New forms of social assistance and the evolution of social protection in Latin America, **Journal of Latin American Studies**, 41, 1: 1–26, 2009.

BECK et al. **New tool in comparative political economy: The Database of Political Institutions**. **World Bank Economic Review** n. 15, v. 1, pp. 165-176, 2012. Disponível em: < <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/0,,contentMDK:20649465~pagePK:64214825~piPK:64214943~theSitePK:469382,00.html>>. Acessos em maio de 2016.

BÉLAND, D.; ORENSTEIN, M. International organizations as policy actors: an ideational approach. **Global Social Policy**, 13(2) 125–143, 2013.

Brazil Learning Initiative for a World Without Poverty (WWP). **Quem somos**. Página web. 2016. Disponível em: < <https://wwp.org.br/>>. Acessos em maio de 2016.

CASTRO et al. **Nota técnica: Gasto Social Federal e prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. Brasília: IPEA, 2012.

Central Intelligence Agency (CIA). **The World Factbook: Haiti**. Página web. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>. Acessos em julho de 2016.

DEACON, B. **Global Social Policy & Governance**. London: SAGE, 2007

_____; STUBBS, P.; HULSE, M. **Global Social Policy: International Organisations and the Future of Welfare**. London: SAGE, 1997.

DINIZ, E. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo (2000/2010). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, no 4, 2011, pp. 493 a 531. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n4/01.pdf>>. Acessos em dezembro de 2015.

FAURE, R.; PRIZZON, A.; ROGERSON, A. **Multilateral development banks: a short guide**. Londres: Overseas Development Institute, 2015.

FIELD, A. **Descobrimos a estatística utilizando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIREDO, I. M. Z. Os projetos financiados pelo Banco Mundial para o Ensino Fundamental no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1123-1138, set./dez. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HALL, A. Social Policies in the World Bank: Paradigms and Challenges. **Global Social Policy**, 1468-0181 vol. 7(2): 151–175, 2007.

HALL, A.; MIDGLEY, J. **Social Policy for Development**. London: Sage, 2004.

HUNTER, W.; BROWN, D. World Bank directives, domestic interests, and the politics of human capital investment in Latin America. **Comparative political studies**, Vol. 33 No. 1, February 2000.

IPEA. **O Brasil em 4 Décadas**. Texto para Discussão 1500, Rio de Janeiro, IPEA. 2010

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence: World politics in transition**. Boston and Toronto: Little Brown, 1977.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. Latin America's "Left Turn": A Framework for Analysis. In: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M.(Org.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011. p. 1-28.

_____. (Orgs.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

MIDGLEY, J. Social development and social protection: New opportunities and challenges. **Development Southern Africa**, v. 30, n.1, 2013, p. 2-12. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0376835X.2012.755850>>. Acessos em outubro de 2015.

O'BRIEN, R. et al. **Contesting global governance: Multilateral economic institutions and global social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

POSAR, M. Análise Das Diretrizes Do Banco Mundial Na Área Educacional Tendo Como Exemplo O Desenvolvimento E Educação Da Primeira Infância Na Década De 1990. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 5 v. 5 n. 10, p. 30-45, jan-jun 2012.

SANTOS JUNIOR, R. B. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 2010 (Tese doutorado).

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECKINELGIN, H. Global Social Policy and International Organizations: linking social exclusion to durable inequality. **Global Social Policy**, August, vol. 9 no. 2 205-227, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STUBBS, P. International Non-State Actors and Social Development Policy. **Global Social Policy**, December, vol. 3 no. 3 319-348, 2003. Disponível em: < >. Acessos em dezembro de 2015.

TROJAN, R. M. Estudo comparado sobre políticas educacionais na América Latina e a influência dos organismos multilaterais. **RBPAAE** – v.26, n.1, p. 55-74, jan./abr. 2010

United Nations Development Programme (UNDP). **Human Development Report 2009**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. Disponível em: >http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/269/hdr_2009_en_complete.pdf>. Acessos em junho de 2016.

_____. **Human Development Report 2010**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/270/hdr_2010_en_complete_reprint.pdf. Acessos em junho de 2016.

_____. **Human Development Report 2011**. New York: Palgrave Macmillan, 2011. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/271/hdr_2011_en_complete.pdf>. Acessos em junho de 2016.

_____. **Human Development Report 2013**. New York: United Nations Development Programme, 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/14/hdr2013_en_complete.pdf>. Acessos em junho de 2016.

_____. **Human Development Report 2014**. New York: United Nations Development Programme, 2013. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>>. Acessos em julho de 2016.

WORLD BANK. **World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty**. New York: Oxford University Press, 2001. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/11856>. Acessos em novembro de 2015.

_____. **The World Bank in Latin America and the Caribbean**. Washington, DC: The World Bank, 2010.

_____. **Products and Services**. Página web. 2015a. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services#2>>. Acessos em outubro de 2015.

_____. **Projects and Operations Advanced Search**. Página web. 2015b. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/projects/advancedsearch?lang=en>>. Acessos em outubro de 2015.

_____. **What we do**. Página web. 2015c. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/what-we-do>>. Acessos em outubro de 2015.

_____. **About us**. Página web. 2016a. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/about>>. Acessos em abril de 2016.

WORLD BANK. **GDP per capita (current US\$)**. Página web. 2016b. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>. Acessos em maio de 2016.

_____. **Population, total**. Página web. 2016c. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>. Acessos em julho de 2016.

YEATES, N. International Organizations. In: ALCOCK, P.; MAY, M.; WRIGHT, S. **The Student's Companion to Social Policy**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2012.

YIN, R. **Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos**. São Paulo: Bookman editora, 2015.